

REFLEXÕES SOBRE O ESTUDO DE GRUPOS JUVENIS URBANOS: O PEDAÇO DAS CATEGORIAS E A CATEGORIA DO PEDAÇO.

Letícia de Freitas Cardoso¹

RESUMO: Para as reflexões sobre o estudo de grupos juvenis urbanos, apresento primeiramente alguns conceitos fundamentais baseando em ideias de vários autores sobre Estudo de Caso, Antropologia/Etnografia, que servirão para balizar a reflexão sobre a etnografia urbana. Na sequência apresento de forma mais detalhada as ideias de Magnani e especificamente a correlação de sua categoria “pedaço” com a metodologia que adoto. *A priori* utilizo e discuto essa categoria de análise, como referência ao *lócus* de encontro a socialização, e o *ethos* do grupo de jovens denominado “Capa Preta” que estou pesquisando na cidade de Montes Claros/MG.

Palavras Chaves: Estudo de Caso, Etnografia Urbana, Jovens.

Recebido em: setembro 2013

Aceito em: abril 2014

Para citar este artigo:

CARDOSO, Letícia; “Reflexões sobre o estudo de grupos juvenis urbanos: o *pedaço* das categorias e a categoria do *pedaço*.” In: **Revista Intratextos**, 2014, vol 5, no 1, p. 46-70. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/intratextos.2014.10434>.

¹ Professora do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes. Doutoranda do Programa Pós-graduação Doutorado em Ciências Sociais da UERJ (DINTER- UERJ/UNIMONTES). E-mail: freirelet@gmail.com

Talvez tua cidade, muitos temores nascem do cansaço e da solidão, descompasso, desperdício herdeiros são agora da virtude que perdemos...

E há tempos, são os jovens que adoecem.

E há tempos, o encanto está ausente, e há ferrugem nos sorrisos só o acaso estende os braços a quem procura abrigo e proteção... (Há Tempos - Renato Russo).

...Filhos da mesma agonia e a cidade que tem braços abertos num cartão postal com os punhos fechados na vida real lhe nega oportunidades mostra a face dura do mal... (Paralamas do Sucesso).

O que é a cultura, ou o mundo simbólico, senão um jogo que as pessoas inventam para tornar a realidade bruta dos “fatos” mais interessante, divertida, tolerável, anipulável, ou compreensível? Seres humanos diferentes, de culturas diversas, inventam maneiras diferentes para lidar com as mesmas realidades. (MAGNANI, 2007).

INTRODUÇÃO

No presente Artigo apresento minhas reflexões sobre o estudo de grupos juvenis urbanos estabelecendo uma relação com minha Tese do Doutorado em Ciências sociais e sua proposta teórico-metodológica. Tal reflexão se fundamentou em um amplo estudo de perspectivas teóricas da Antropologia que indicou categorias de análise para estudos de formas contemporâneas da dinâmica cultural urbana. Nesse sentido, estudei uma ampla bibliografia sobre cidade e pesquisa, privilegiando determinados temas como complexidade, interações, trajetórias sociais e sociabilidade. Assim, dediquei especial atenção à problemática da pesquisa em sociedades complexas, particularmente, no que toca às peculiaridades da investigação na metrópole e na sociedade do investigador. Tal fundamentação foi de suma importância nas definições do como e com quais referenciais venho abordando o meu objeto de estudo que são os jovens de um grupo de estilo denominado “Capa Preta” na cidade de Montes Claros/MG. Este grupo tem um estilo que se destaca por compartilharem símbolos, por suas vestimentas específicas, pelo consumo de determinado gênero musical, por atividades de lazer, etc. Nosso ponto de partida é o pressuposto de que suas práticas constituem expressões culturais que poderiam ser configuradas como uma “subcultura” característica desses jovens que se reúnem nas praças da Avenida Deputado Esteves Rodrigues, popularmente chamada de Avenida Sanitária, que corta o centro da cidade de Montes Claros/MG. A Avenida Sanitária, *lócus* de reunião do grupo “Capa Preta”, representa importante referencial viário, e de comércio e lazer da cidade. Dentre os grupos urbanos de Montes Claros o grupo “Capa Preta” se destaca no sentido de que é composto por jovens que

se diferenciam da grande massa da juventude da cidade, acredito (fundamentada pelas minhas primeiras aproximações nas observações em pesquisa de campo) que isto se deve não só ao jeito de se vestir, mas também a toda uma cultura que se manifesta por um gosto musical e uma maneira de apropriação do espaço urbano, reveladores de uma forma diferente de entender a sociedade. A denominação “Capa Preta” não é de origem interna ao grupo. Trata-se de uma forma comum a que os cidadãos de Montes Claros se referem ao grupo, nosso objeto de estudo. Vale ressaltar que não é a única denominação externa ao grupo; já ouvi outras referências sempre depreciativas, tais como: Os drogados; os *Blacks* Bruxos, Beberrões, Arruaceiros; Moleques; RPGs, Satanistas, Emos, Roqueiros, Urubus e outras. São muitos os nomes dado a esse grupo. Adotei a denominação “Capa Preta” por ser a mais utilizada, e até porque diz menos sobre um valor e mais sobre um estilo de vestir desses jovens que utilizam roupas e adereços pretos, e que acredito ser a menos pejorativa identificada até então. Até o momento é a forma pela qual venho tratando o grupo e que não necessariamente se manterá no decorrer do estudo, uma vez que nas minhas primeiras aproximações, embora não tenha percebido uma rejeição contundente a esse tratamento, os jovens se identificam por seu gosto musical como roqueiros deixando em segundo plano a sua forma de vestir, tratando-a como consequência do seu gosto musical. Conforme Souza (2013) esses jovens que se reúnem na Avenida podem ser considerados como *Headbanger*. Essa designação representa termo usado para designar a subcultura de fãs de *Heavy Metal* e suas variantes. Campoy (2006) diz que através do “vestuário” o *Headbanger* “mostra que faz parte do grupo e reconhece aqueles que compartilham o habitat” (p.44).

Enfim, feito esse primeiro esclarecimento, me permito agora, pegando o gancho da primeira epígrafe dessa parte do texto, seguir na trilha das idéias de Magnani e outros autores sobre a questão de tratá-los como um *grupo*. São os significados da sociabilidade desses jovens o mais importante para tal tratamento enquanto grupo cultural associado a seus gostos e a certos códigos, que nos moldes de Schutz (1979), quando pertencentes a um grupo funcionam como um conjunto de preceitos para ações e expressões e para as interpretações de seus membros, criando para eles um sistema de relevâncias e tipificações, gerados por modos distintos de se relacionar. Esses modos são demarcados por uma lógica de um *ethos* específico que influencia diretamente seus hábitos, seu estilo de vestir, sua forma de apropriação do espaço urbano, sua visão de mundo, etc.

Ressalto que destaco no texto, meus recortes que privilegiam autores e suas ideias que apresentam maior correlação com meu estudo numa pesquisa de natureza qualitativa abrigada nos pressupostos teórico-metodológicos de um estudo de caso etnográfico urbano. Nesse sentido, apresento primeiramente no texto alguns conceitos fundamentais baseando em ideias de vários autores estudados sobre Estudo de Caso, Antropologia/Etnografia, que servirão para balizar a reflexão sobre a etnografia urbana. Na sequência apresento de forma mais detalhada as ideias de Magnani e especificamente a correlação de sua categoria “pedaço” com a metodologia que adoto. *A priori* utilizo e discuto essa categoria de análise, como referência ao *locus* de encontro e a forma como se organiza o grupo de jovens que estou pesquisando, mas, ficarei em alerta caso, no tocante do estudo, apareçam categorias novas e/ou específicas dos jovens “Capa Preta” buscarei agregá-las ao estudo. Acredito ser importante, e por isso trago nesse texto uma reflexão sobre cidade e etnografia seguindo de perto o que fez o Magnani em seus Artigos “*De perto e de Longe: notas para uma etnografia urbana*” (2002); “*Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole*” (1996); e outros nos quais ele voltou os seus estudos para temas próprios e especificamente urbanos. Enfim, no decorrer do texto apresento referenciais teórico-metodológicos da minha pesquisa baseando em ideias de vários autores estudados que representam as concepções de etnografia, enfocando nos estudos antropológicos com temáticas referentes a grupos juvenis urbanos.

Alguns Conceitos Iniciais Fundamentais: Estudo de Caso, Antropologia, Etnografia.

Conforme Günther (2006, p. 204) “num estudo de caso é possível utilizar tanto procedimentos qualitativos como quantitativos.” Concordo com o autor citado que “uma abordagem mista não necessariamente implica numa algaravia metodológica.” (p. 207).

Bruyner *et al* (1982), caracterizam o estudo de caso como uma *análise intensiva*, isto é, estudo de situações particulares feitas em profundidade, este tipo de estudo agrega informações numerosas e detalhadas que permitam o entendimento da totalidade, ainda como se trata de caso singular, “coloca problemas, sugere conjecturas, renova perspectivas, sugere hipóteses fecundas, ilustra uma teoria, mas não pode gerar esta última” (p. 225). Günther (2006) acrescenta que esse tipo de estudo concebe a observação de comportamento em contexto natural, permite a criação de experimentos tendo o sujeito como seu próprio

controle, e ainda, a realização de entrevistas, aplicação de questionários e testes. Para Alves (1991), em se tratando de estudo de caso, o estabelecimento da unidade de análise corresponde à definição do “caso” e a descrição dos aspectos relevantes do caso deve ser incluída no projeto. Para essa pesquisadora o interesse em indivíduos não significa que não seja possível focalizar vários indivíduos. A autora citada exemplifica seu argumento assim: “se o ‘caso’ é uma favela, dados sobre localização, condições sanitárias e de habitação, serviços disponíveis na área (escola, postos de saúde, segurança), grupos atuantes, e outros pertinentes à questão devem ser incluídos.” (p. 58).

De acordo com André (2005) um ponto comum do debate sobre o conceito de estudo de caso é que "sempre envolve uma instância em ação (...). Estudo de caso não é uma escolha metodológica, mas uma escolha do objeto a ser estudado" (pp.16-17). Uma questão fundamental, segundo a autora citada é o conhecimento derivado do caso, ou melhor, o que se aprende ao estudar o caso. Ele é diferente do conhecimento derivado de outras pesquisas, por ser:

Mais concreto - configura-se como um conhecimento que encontra eco em nossa experiência porque é mais vivo, concreto mais sensorio do que abstrato. Mais contextualizado - nossas experiências estão enraizadas num contexto, assim também o conhecimento nos estudos de caso. Esse conhecimento se distingue do conhecimento abstrato e formal derivado de outros tipos de pesquisa. Mais voltado para a interpretação do leitor - os leitores trazem para os estudos de caso as suas experiências e compreensões, as quais levam a generalizações quando novos dados do caso são adicionados aos velhos. Baseado em populações de referência determinadas pelo leitor - ao generalizar, os leitores têm certa população em mente. Assim, diferente da pesquisa tradicional o leitor participa ao estender a generalização para populações de referência. (ANDRÉ, 2005, p. 17).

André (2005) fala que Merriam (1988) em seus estudos conclui que são características essenciais num estudo de caso qualitativo.

Particularidade significa que o estudo de caso focaliza uma situação, um programa, um fenômeno particular. O caso em si tem importância, seja pelo que revela sobre o fenômeno, seja pelo que representa. É, pois, um tipo de estudo adequado para investigar problemas práticos, questões que emergem do dia-a-dia. *Descrição* significa que o produto final de um estudo de caso é uma descrição "densa" do fenômeno em estudo. Por descrição densa entende-se uma descrição completa e literal da situação investigada. (...) O estudo de caso engloba um grande número de variáveis e retrata suas interações ao longo do tempo. Os dados são expressos em palavras, imagens, citações literais, figuras literárias. *Heurística* significa que os estudos de caso iluminam a compreensão do leitor sobre o fenômeno estudado. Podem revelar a descoberta de novos significados, estender a experiência do leitor ou confirmar o já conhecido. (...). *Indução* significa que em grande parte, os estudos de caso se baseiam na lógica indutiva.(...).(MERRIM *apud* ANDRÉ, 2005, p. 18).

André (2005) ressalta que Stake (1995) concebe o estudo de caso como qualitativo,

mas que prefere usar a denominação "estudo de caso do tipo etnográfico". Para esclarecimentos sobre o estudo de caso etnográfico como recurso que utilizo na minha pesquisa sobre o grupo de jovens "Capa Preta" trago na sequência desse Artigo uma breve discussão sobre Antropologia e Etnografia identificando seus conceitos e o papel do etnógrafo.

DaMatta (1978) afirma que a "Antropologia é um mecanismo dos mais importantes para deslocar nossa subjetividade. (...) o homem não se enxerga sozinho. E que ele precisa do outro como seu espelho e seu guia." (p. 35). Tudo em antropologia é fundado em alteridade, a existência do antropólogo esta condicionada à do nativo informante, e as informações só acontecem quando existe empatia de ambos os lados. Quanto maior e melhor a empatia entre etnólogo e nativo informante maior e melhor será a qualidade e quantidade do fluxo de informações e ainda, é o que vai salvar o pesquisador do marasmo do dia-a-dia no campo. "Em antropologia é preciso recuperar esse lado extraordinário das relações pesquisador/nativo." (p. 35).

Geertz (1989) elaborou uma ampla teoria sobre sua concepção e os objetivos da Antropologia, como a de buscar entender quem as pessoas de determinada cultura acham que são o que elas fazem e por que razões elas creem que fazem o que fazem, ou seja, deve ser capaz de entender que lentes o nativo usa para ver o mundo. "A questão não é pensar e agir como os nativos do lugar (...). A questão é viver uma vida múltipla: navegar em vários mares ao mesmo tempo". (GEERTZ, 1989, p. 87). O antropólogo não pode observar seu entorno mais que através de seus olhos, que veem carregados com a sua trajetória. Mas é justamente essa experiência de campo, que faz com que o antropólogo se torne antropólogo, que deve ser deixada de lado em prol de uma visão *objetiva e científica* do *outro etnográfico*. É ainda, nesse sentido que ele desenvolve a ideia das: "*Experiência Próxima*" e "*Experiência Distante*" (GEERTZ, 1999, p. 89), deixando entender inclusive, que o antropólogo não pode se confundir ou ser confundido com um nativo, ele deve sim, ser capaz de transformar a primeira experiência na segunda. Para Geertz (1973) fazer antropologia é fazer etnografia, e fazer etnografia é realizar uma *descrição densa*. Portanto, fazer uma descrição densa é conseguir perceber e interpretar os atos e condutas. Nesse sentido Geertz utiliza a metáfora da piscadela, orientando a distinção entre uma piscadela involuntária e uma piscadela simulada, o ato é essencialmente o mesmo, mas a diferença de significação entre um ou outro é enorme;

contrair as pálpebras pode ser um sinal cultural.

... é o objeto da etnografia: uma hierarquia estratificada de estruturas significantes em termos das quais, os tiques nervosos, as piscadelas, as falsas piscadelas, as imitações, os ensaios das imitações são produzidos, percebidos, e interpretados, e sem as quais eles de fato não existiriam (nem mesmo as formas zero de tiques nervosos as quais, como *categoria cultural*, são tanto não-piscadelas como as piscadelas são não-tiques), não importa o que alguém fizesse ou não com sua própria pálpebra. (1978, p.17).

Conforme Geertz a tarefa do etnógrafo, no entanto, é,

...se enfrentar: com uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas (...). Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de 'construir uma leitura de') um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (Geertz, 1978, p. 20).

DaMatta (1978) ao falar sobre o ofício do etnólogo coloca a questão da seguinte forma: “vestir a capa de etnólogo é aprender a realizar uma dupla tarefa que pode ser grosseiramente contida nas seguintes formulas: (a) *transformar o exótico em familiar* e/ou (b) *transformar o familiar em exótico*.” (p. 28). Nas duas formulas é necessária a presença dos dois termos como sendo dois universos de significação em que “*o exótico em familiar*” é representado pelo movimento original da Antropologia quando os etnólogos buscavam o entendimento dos “enigmas sociais situados em universos de significação sabidamente incompreendidos pelos meios sociais do seu tempo (a exemplo do sistema de trocas dos melanésios no *Kula ring* estudado por Marcel Mauss). No segundo movimento “*o familiar em exótico*” trata-se de movimento contrario quando o etnólogo necessita tirar a capa de membro de uma sociedade alheia para estranhar uma “regra social familiar e descobrir (...) o exótico no que está petrificado dentro de nós pela reificação e pelos mecanismos de legitimação.” (p.29). Prado (1995) diz que DaMatta (1978 e 1982) e Velho (1978) discutiram essa questão em torno do “familiar/próximo/conhecido” e do “exótico/distante/desconhecido”, e para ela, trata-se de situação vivida por todos os pesquisadores, e que são movimentos necessários em relação aos objetos estudados.

Trata-se dos problemas em torno da necessidade de estabelecer ou desfazer um distanciamento em relação ao universo pesquisado, conforme seja o nosso grau de conhecimento e nossa vivencia dele, bem como das facilidades e dificuldades que a proximidade ou a distancia – no sentido de conhecimento ou desconhecimento – que temos do objeto estudado podem respectivamente nos trazer. (PRADO, 1993, p. 44).

O fazer do etnólogo tem três fases como etapas necessárias de uma pesquisa para

DaMatta (1978). A primeira que ele chama de *teórico-intelectual* caracterizada pelo uso e abuso da cabeça, anterior ao contato com os sujeitos da pesquisa, é a fase do conhecer teórico, universal mediatizado não pelo concreto, mas pelos “livros, ensaios, e artigos: pelos outros.” (p. 24). A segunda fase a que Para DaMatta (1978) chama de *período prático* é a antevéspera da pesquisa, é a fase na qual mudamos do plano das teorias mais universais para as preocupações e tomadas de decisões mais concretas do ir a campo, do planejamento do que levar, como ir, como chegar, como ficar, “mas de colocar o problema fundamental na Antropologia qual seja: o da especificidade e relatividade de sua própria experiência.” (p. 25). A terceira fase que Para DaMatta (1978) Chama de *pessoal ou existencial* é um conjunto de esforços de trabalho onde coadunam a nossa formação científica e/ou acadêmica e das lições que o etnólogo deve extrair do seu próprio caso. E a fase que DaMatta denomina de “globalizadora e integradora: ela deve sintetizar a biografia com a teoria, e a prática do mundo com a do ofício.” (p.25). Trata-se de um diálogo com pessoas, é o encontro entre alteridades, é uma fase muito significativa a que ele dedica uma descrição que vai além dos manuais e livros que orientam o trabalho etnográfico, para a qual ele relaciona o que chama de aspectos “românticos”, nesse sentido, ele concorda e usa a denominação da Dra. Jean Carter Lave o *anthropological blues*, ou seja, “aspectos *extraordinários*, sempre prontos a emergir em todo relacionamento humano.” (p. 28). Conforme DaMatta no caso das transformações antropológicas o movimento¹ sempre conduz ao encontro.

Deste modo, a primeira transformação leva ao encontro daquilo que a cultura do pesquisador reveste inicialmente no envelope do bizarro, de tal maneira que a viagem do etnólogo é como a viagem do herói clássico, partida em três momentos distintos e interdependentes: a saída de sua sociedade, o encontro com o outro nos confins do seu mundo social e, finalmente, o ‘retorno triunfal’ (...) ao seu próprio grupo com os seus troféus. Na segunda, a viagem é como a do *xamã*: um movimento drástico onde, não se sai do lugar. E de fato as viagens xamanísticas são viagens verticais (...) muito mais que horizontais (...) os que de fato se dispuseram a chegar ao fundo do poço de sua própria cultura. Como consequência, a segunda transformação conduz igualmente a um encontro com o outro e ao estranhamento. (DAMATTA, 1978, p. 29).²

² A exemplo do movimento que necessitarei fazer para o estudo dos “Capa Preta”, uma vez que os jovens desse grupo se encontram no meu mesmo tempo/espço social na cidade de Montes Claros, apesar de ser necessário o primeiro movimento também, no sentido que esses jovens não fazem parte do meu universo de vivências e são bastante exóticos para mim.

Ao relatar sua necessidade de pensar em diversas vezes, durante seu estudo como estrangeira na pequena cidade americana de Dundee, na questão referente a “distancia” e ao “estranhamento” em relação ao universo estudado, Prado (1995) elaborou uma serie de questões, dentre elas:

“Qual seria a melhor posição para quem esta pesquisando? Aquela em que você “faz parte” do universo e o “conhece bem”, ou aquela em que você não faz parte e não conhece?” (p.44).

Ao refletir sobre as questões levantadas a antropóloga elaborou comparações com outro estudo realizado na Cidade de Cunha e mediante uma serie de pontos que dificultaram e outros que facilitaram seus estudos ela arriscou algumas conclusões que somente após uma profunda analise e amadurecimentos reflexivos favoreceram avançar na solução,

...a respeito do assunto, concluindo simplesmente que não há como determinar “a melhor situação de pesquisa” (...) Os limites *fazem parte* de qualquer situação de pesquisa antropológica e o etnógrafo encarna em si mesmo a síntese de tais limites, pois é aquele que, de um jeito ou de outro, traduz/veicula o objeto que escolheu estudar. (PRADO, 1993, pp.46-47).

Notas Sobre Etnografia Urbana: o *pedaço* das categorias e a categoria do *pedaço*.

Em uma pesquisa de natureza etnográfica, os fatos cotidianos vistos, correntemente, como naturais ou mesmo não importantes são essenciais. Para tal, a participação na vida cotidiana dos jovens do grupo “Capa Preta” é fundamental para a observação da forma como eles criam a identidade individual e de grupo, que passa pelo consumo de informações tanto locais como universais. Para isto, adoto os procedimentos de Magnani (1984), que buscou, ao pesquisar a “cultura popular e lazer na cidade”, fazer parte do “pedaço”. Conforme esse autor a categoria “pedaço” é distinta das categorias de “colega”, “chegados”, “amigos”, etc., por constituir dois elementos básicos: o primeiro é de ordem espacial, que determina uma relação social que tenha pontos de referencias que delimitam o seu núcleo; o segundo é a necessidade de que “para ser do ‘pedaço’ é preciso estar situado numa particular rede de relações que combina laços de vizinhança, procedência, etc.” (1984, p.137).

O termo “pedaço”, para Magnani, designa aquele espaço “intermediário entre o privado (a casa) e o publico, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas...” (1984, p.137). Considerando esta categoria é que busco

observar nos vários “pedaços” das praças da Avenida Deputado Esteves Rodrigues, como e porque os jovens “Capa Preta” instituem como bem cultural a roupa preta, produto que os distingue dos outros que frequentam a mesma Avenida. A categoria “pedaço” é utilizada em nossas análises também no sentido em que nossas observações apontam que a forma de apropriação do espaço urbano pelo grupo de jovens (nosso objeto de pesquisa) traz à tona a necessidade da discussão da relação entre o público e o privado. Partimos do pressuposto de que a cidade é construída por sujeitos socioculturais e de que é um espaço que abriga a diversidade, com referências identitárias múltiplas que interferem e sofrem interferências em suas dinâmicas cotidianas. Ela é um espaço de diálogo entre diferentes culturas que se tornam parte da vida de todos como um caminho a ser construído.

Magnani (2002), ao articular suas reflexões sobre cidade e sobre etnografia, diz pensar que não são necessários “muitos malabarismos pós-modernos para aplicar com proveito a etnografia a questões próprias do mundo contemporâneo e da cidade” (p. 11). Ele considera que desde as primeiras experiências antropológicas, essa ciência e seus atores vêm construindo em sua prática estratégias, conceitos, modelos, revisões, críticas e releituras que representam um arsenal de informações que podem fundamentar e inspirar abordagens novas e atuais sobre os mais variados e novos objetos especificamente urbanos. Atualmente existem muitas abordagens e estudos sobre os rumos e as consequências dos processos de urbanização.

Nesse sentido, Magnani (2002) agrupa tais abordagens em dois conjuntos: “o primeiro deles reúne aquelas análises e respectivos diagnósticos que enfatizam os aspectos desagregadores do processo (...) sendo estes aplicados ao mundo subdesenvolvido ou, de acordo com o atual eufemismo dos países emergentes.” (p.12). Esse grupo representa o caos urbano consequente da desordem no crescimento das cidades. O segundo grupo “projeta cenários marcados por uma feérica sucessão de imagens, resultado da superposição e conflitos de signos, simulacros, não-lugares, redes e pontos de encontro virtuais” (p.12). Esse grupo é referido às metrópoles de primeiro mundo. Magnani enfatiza que os dois grupos levam a conclusões similares no que tange à cultura urbana: “deterioração dos espaços e equipamentos públicos com a consequente privatização da vida coletiva, segregação, evitação de contatos, confinamento em ambientes e redes sociais restritos, situações de violência etc.” (p.12). Esse cenário, portanto, de acordo com o autor não impossibilita a análise das questões urbanas contemporâneas, em situações ancoradas no primeiro ou segundo grupo, por ocuparem papel

numa economia interdependente, à qual ele se refere como “sistema mundial”. Magnani (2002) discorre em seu estudo sobre varias alternativas de enfrentamento dos problemas urbanos, no sentido de planos de valorização local, sugeridos por vários estudiosos, urbanistas e por políticas públicas distintas, e acrescenta que a antropologia não é alheia a essa discussão. O propósito desse autor é delimitar um campo que possibilite apreciar alternativas de análises focadas na dinâmica urbana contemporânea.

Há autores que enfatizam os efeitos homogeneizadores do sistema mundial sobre culturas locais, também creditando tal influencia à ‘grande narrativa de dominação ocidental’ conforme expressão usada por Marshall Sahlins (...). Nesse artigo, o autor mostra, todavia, com base em etnografias recentes, que não há uma só visão lógica nem uma única direção no fluxo transnacional por onde transitam pessoas, mercadorias e recursos: não poucas vezes esse fluxo termina fortalecendo costumes e instituições tradicionais num dos polos, aquele constituído pela longínqua aldeia de origem. (MAGNANI, 2002, p. 14).

Esse autor propõe ainda, para o estudo etnográfico urbano, a perspectiva de um olhar *distanciado*, que considera “indispensável para ampliar o horizonte da análise e complementar a perspectiva *de perto e de dentro*.” (MAGNANI 2002, p. 11). Tal argumentação se apoia na percepção de que muitos estudos apontam, comprovam e apresentam os problemas do dia-a-dia nas grandes cidades, mas ele se pergunta se isso seria tudo. Se o cenário degradado apresentado contempla todas as experiências urbanas, a solução apresentada por Magnani seria a mudança do foco de análise do olhar *de longe e de fora* para *olhar de perto e de dentro* com capacidade de apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana se dá na cidade e no uso dos seus equipamentos.

O que se propõe inicialmente com o método etnográfico sobre a cidade e sua dinâmica é resgatar um olhar *de perto e de dentro* capaz de identificar, descrever e refletir sobre aspectos excluídos da perspectiva daqueles enfoques que para efeito de contraste, qualifiquei como *de fora e de longe*. (MAGNANI, 2002, p. 17).

Nesse sentido, propõe o olhar *de perto e de dentro* como uma nova forma de olhar que não se caracterize apenas pelas escolhas e trajetórias do pesquisador *de passagem*, e que possa se fundamentar nos *arranjos*, dos próprios atores e por eles, as diversas formas como vivem a cidade. Isso supõe um duplo investimento: “de um lado sobre os atores sociais, o grupo e a pratica que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa pratica se desenvolve entendida (...) como parte constitutiva do recorte de análise.” (2002, p. 18).

Magnani desenvolve ainda, no nesse seu estudo a ideia de totalidade como pressuposto para o estudo antropológico “sobre” e/ou “na cidade”. Segundo o autor citado existem

ordenamentos particularizados, setorizados; existem, portanto, ordenamentos e regularidades que devem ser considerados antes de se embarcar numa fragmentação. São duas as representações de totalidades, em sua perspectiva, que precisam ser consideradas como pressuposto da etnografia; são dois polos de uma relação que circunscrevem, determinam e possibilitam a dinâmica que se está estudando. A primeira delas é da “clássica visão de comunidade em que os membros se conhecem, mantêm relações face-a-face, estão ligados por padrões de trocas interpessoais.” (p. 19). A segunda representação é referente “à dupla face que apresenta: de um lado a forma como é vivida pelos atores e, do outro, como é percebida e descrita pelo investigador.” (p. 19).

Ao trabalhar a ideia de totalidade de forma específica na antropologia urbana, Magnani identifica sua possibilidade na categoria “pedaço”:

...quem já estudou terreiros de candomblé, grupos de jovens, escolas de samba, torcidas organizadas de futebol, etc. sabe muito bem que nestes e em outros casos análogos há uma totalidade vivamente experimentada tanto como recorte de fronteira quanto como código de pertencimento pelos integrantes do grupo. Tomando como exemplo a categoria *pedaço* (...), é também evidente, por parte de seus integrantes, uma percepção imediata, clara, sem nuances ou ambiguidades a respeito de quem *é* ou *não é* do *pedaço*: é uma experiência concreta e compartilhada. O analista por sua vez, também percebe tal experiência e a descreve: essa modalidade particular de encontro, troca e sociabilidade supõe a presença de elementos mínimos estruturantes que a tornam reconhecível em outros contextos. (MAGNANI, 2002, pp. 19-20).

Nesse sentido exposto, a totalidade aplicável à etnografia “é aquela que, experimentada e reconhecida pelos atores sociais, é identificada pelo investigador, podendo ser descrita em seus aspectos como categorias que: para os primeiros, é o contexto da experiência, para o segundo, chave de inteligibilidade e princípio aplicativo.” (p. 20). Ressalta que, para não se restringir a dizer somente generalidades a respeito do seu objeto de estudo, o etnógrafo não pode contar com a totalidade dada *a priori*. O que se pode fazer é construí-la tendo como fundamento a experiência dos atores, as hipóteses do estudo e as teorias escolhidas, para que o significado dessa totalidade possa ser analisado a partir de algumas categorias de análise. É assim, que abordarei o grupo “Capa Preta” tomando como ponto de partida a categoria “pedaço” e identificando aquelas geridas pelo próprio grupo. Já em seu texto “Quando o campo é a cidade” Magnani (1996) faz uma crítica aos estudos da cidade produzidos até os anos 1980, presos, ainda, nos limites do que eram consideradas as três tarefas analíticas da Antropologia: “o estudo das culturas indígenas e seus contatos com a

civilização; o estudo das culturas caboclas; e o estudo da aculturação de certos grupos étnicos e raciais”. (p.6). Ele comenta que a Antropologia só passa a se interessar pela cidade por volta dos anos 1970, quando os grupos tradicionalmente estudados - as minorias - passam dessa condição para a condição de novos atores políticos. A cidade passa a ser vista como o *locus* onde enraíza sua memória e experiências coletivas. Diante disso, intensificou-se a preocupação em dialogar com a produção sociológica clássica e moderna a respeito da cidade, em que os clássicos problemas religião e secularização, tradicional e moderno, comunidade e sociedade, rural e urbano, indivíduo e sociedade, passam a ser enfocados à luz do grande laboratório sociocultural representado pelas metrópoles no século XX, desde os trabalhos seminais da Escola de Chicago.

Em seu estudo, Magnani faz uma rápida revisão do trajeto histórico que levou as ciências sociais a tomarem o ambiente urbano como objeto de reflexão, conduz o percurso de reflexão a uma justificação do objeto de pesquisa, passando por uma leitura crítica da antropologia urbana em São Paulo até os anos 1980. Quando a Antropologia adquire maior visibilidade e prestígio. Os estudos relacionados ao lazer, propriamente dito, em São Paulo, só ganharam força a partir da década de 1980, contexto em que se insere a obra do próprio Magnani, “Festa no Pedaco” (1983) onde ele apresentou pela primeira vez a categoria nativa *pedaço*, que, desde então, tem sido usada como ferramenta analítica por pesquisadores da área urbana. Nesse mesmo estudo, Magnani demonstra o uso de outras três categorias: *mancha*, *trajeto* e *circuito* – apresentadas de forma sintética. Elas têm o potencial mais de organizar que de explicar: seu uso, juntamente com o da categoria “pedaço”, permite a organização do caos empírico urbano, ao estabelecer recortes dentro da cidade. Esses recortes, no entanto, não tornam suas análises em Antropologia “na” cidade, em oposição à “da” cidade; sem eles, não seria possível a análise e a percepção da influência da cidade sobre os grupos e dos grupos sobre a cidade.

A noção de “pedaço” se refere ao espaço caracterizado pelas relações de proximidade. É o círculo que, depois do núcleo familiar, envolve os “amigos, colegas, ‘chegados’”. Enquanto o “pedaço” é caracterizado mais por suas relações que pelas características físicas e ambientais dos espaços em que se encontram, as *manchas*, ao contrário, se caracterizam pelo tipo de equipamento que concentram: são os locais que se tornam, por sua configuração, propícios a certos tipos de atividade. *Trajetos* representam fluxos na cidade ou no interior das

manchas; eles ligam pontos. No interior da *mancha*, representam as escolhas, os recortes realizados pelos grupos que se utilizam de seus equipamentos. É o trajeto que “abre o pedaço (...) para o espaço público”. (p. 20). Por fim, os *circuitos* são os conjuntos de equipamentos que atendem a determinados grupos, sem que haja, contudo, continuidade espacial entre eles (como acontece no caso da *mancha*).

Magnani apresenta, ainda, a orientação dos passos para a pesquisa etnográfica que utilizou com seus orientandos do Núcleo de Antropologia Urbana (NAU), desde a identificação das *manchas de lazer* com caminhadas, observação direta e classificação dos espaços que seriam estudados, detalhando sobre as estratégias específicas do caminhar etnográfico do pesquisador, até as questões que foram definidas como norteadoras dos trabalhos: a busca do “cenário”, dos “atores” e das “regras”, conjunto considerado por Magnani a base para a formulação de qualquer etnografia e que, a princípio, seria uma forma de evitar a dispersão dos olhos durante as caminhadas de reconhecimento dos lugares. Por fim, nesse seu estudo que coloca o campo como cidade, Magnani mostra que a antropologia urbana brasileira, antes de ser um terreno esgotado, está bem viva e atuante, estimulando reflexões e trabalhos, com as marcas características de um campo de estudos em pleno amadurecimento, alimentando-se da incessante mutação do espaço urbano.

Nesse sentido, o espaço pode ser tomado como uma referência de análise significativa. Para Magnani (2002) “A noção de *pedaço*, por exemplo, supõe uma referência espacial, a presença regular de seus membros e um código de reconhecimentos e comunicação entre eles.” (p. 21). Nessa referência espacial, o autor destaca a oposição “em casa”, referente à família, e “fora de casa”, que se divide entre “na vizinhança” (como locais de encontro nos limites da vizinhança, pessoas que se conhecem por morar perto ou utilizarem os mesmos equipamentos urbanos) e “fora da vizinhança”. O “pedaço”, no entanto, refere-se a esse espaço demarcado para distinção de determinado grupo de frequentadores como pertencentes a uma rede de relações, formada por dois elementos básicos: “de ordem espacial e física” e “de ordem social”. Essa categoria nativa identificada por Magnani transcendeu seu objeto originário, em diálogo com a oposição formulada por DaMatta (1978) - “rua” versus “casa” -, podendo ser utilizada para a identificação de tipos particulares de sociabilidade e apropriação do espaço urbano com atitudes, valores e comportamentos referidos ao *público* e

ao *privado*.³

O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade. (MAGNANI, 1998a, p 116).

Para *ser do pedaço*, no entanto, não basta ir e/ou frequentar o mesmo espaço. É necessário haver um tipo de reconhecimento, que segundo Magnani seria “uma rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência, vínculos definidos por participação em atividades comunitárias e desportivas, etc.” (1998, p. 21).

O *pedaço*, porém, apontava para um terceiro domínio, intermediário entre a rua e a casa: enquanto essa última é o lugar da família, à qual têm acesso os *parentes* e a rua é dos *estranhos* (onde em momentos de tensão e ambiguidade, recorre-se à fórmula “você sabe com quem está falando?”), o *pedaço* é o lugar dos *colegas*, dos *chegados*, aqui não é preciso nenhuma interpelação: todos sabem quem são, de onde vêm, do que gostam e o que se pode ou não fazer. (MAGNANI, 2002, p. 21).

Os estudos de Magnani (2002) em outros espaços da cidade de São Paulo, como a região central, por exemplo, trouxeram novas diferenciações na ideia original de *pedaço*, uma vez que a realidade de vizinhança identificada na periferia da cidade sofre alteração no sentido de que, nesses novos espaços, os frequentadores não tinham vínculos de convivência diária⁴ como nos bairros, mas se identificavam por portarem os mesmos símbolos, terem os mesmos gostos, e se assemelharem por orientações, valores, hábitos de consumo e estilos de vida. “Não é difícil reconhecer a existência de *pedaços* também em regiões centrais da cidade (...) é a mesma lógica”. (MAGNANI, 1996, p. 18). É dessa forma que se processa a tessitura da sociabilidade no *pedaço*:

O componente espacial do *pedaço*, ainda que inserido num equipamento ou espaço de mais amplo acesso, não comporta ambiguidades desde que esteja impregnado pelo aspecto simbólico que lhe empresta a forma de apropriação característica. (MAGNANI, 2002, p. 22).

... se *reconhecem* enquanto portadores dos mesmos símbolos que remetem a gostos, orientações, valores, hábitos de consumo, modos de vida semelhantes (...) vão até lá para encontrar seus iguais, exercitar-se no uso de códigos comuns, apreciar símbolos escolhidos para marcar as diferenças. É bom estar lá, rola um papo legal, fica-se sabendo das coisas... e é assim que a rede de sociabilidade vai sendo tecida. (MAGNANI, 1996, p. 18-19).

³ Com base nessas ideias venho *lançando minha rede* para estudar o grupo urbano “Capa Preta”. Dentre as categorias de análise de Magnani (2002) utilizo a categoria *pedaço*, por acreditar ter maior rendimento analítico para o meu objeto de estudo.

⁴ Aqui, mais uma vez, vejo ser possível o uso da categoria para o estudo dos jovens do grupo “Capa Preta”, pois, nos termos formais o *pedaço* foi descrito e discutido por Magnani e outros autores aplicado a outros espaços, mediado por símbolos, enfim, o que permitiria sua aplicação em outros contextos.

Nesse sentido, o “pedaço” a que pertencem passa a ser referido pelos usos que fazem de roupas, falas, posturas, preferências, etc. pelos denominados grupos, gangues, turmas, galeras, etc. Conforme Magnani, não se referem mais, no ponto de encontro, aos vínculos de moradia, vizinhança: a busca, nesse caso, é por construção de laços, seja de onde vierem.

De acordo com Magnani (2002), a chamada “antropologia urbana” seria a delimitação para a “antropologia das sociedades complexas”, e seu significado seria a aplicação ao “estudo de grupos sociais e suas praticas quando propriamente inscritos na trama da cidade, isto é, articulados com a paisagem, equipamentos ou instituições urbanas, considerados não um mero cenário, mas uma parte constitutiva dessas práticas.” (p.25). Nesse sentido, o domínio de entendimento sobre o movimento e os arranjos próprios dos atores sociais, mesmo que coletivos e percebidos pelo *olhar de perto e de dentro* etnográfico, é que podem apontar para uma lógica mais geral, isto é, para um *olhar distanciado* e significativo de uma antropologia da cidade. Janotti Jr (2003) identifica nas características desses grupos a ideia de *tribo* que privilegia a questão da partilha sentimental, apesar de dar pouca visibilidade às disputas e tensões que fazem parte tanto da apropriação dos produtos culturais como na manifestação na paisagem urbana. Isto descaracterizaria, portanto, a ideia de que nos grupos urbanos os indivíduos participam de complexas negociações que envolvem tanto a desterritorialização quanto as pressões presentes nesses processos. Nessas negociações permeadas por “*tensões e disputas*”, salientadas por Janotti Jr (2003), os meios de comunicação de massa assumem uma posição central. Isto torna, assim, igualmente importante entender como a mídia desempenha um papel essencial para a articulação dessa partilha e, assim, da constituição desses grupos. Sob essa perspectiva, cabe lembrar a ideia de Thornton (1996) sobre a cultura *club* de grupos juvenis britânicos da década de 1980. A autora identifica que essa cultura seria uma *cultura de gosto*, e constrói uma abordagem que enfatiza a questão da partilha comum de afinidades, interesses, expectativas e valores, bem como da territorialidade. Ela explora questões relativas à elaboração de hierarquias culturais particulares e às negociações que envolvem seus participantes e os meios de comunicação:

[...] As culturas club são culturas de gosto. Os grupos club geralmente estão congregados na base de seu gosto musical comum, no consumo de uma mídia comum e, mais importante, suas preferências por pessoas com gostos semelhantes aos deles. Participar da cultura club é construir, por sua vez, afinidades maiores, sociabilizar os participantes a partir de um conhecimento dos (e freqüentemente uma crença em) gostos e de suas aversões, significados e valores da cultura. Clubes e raves, então, alojam comunidades ad hoc com fronteiras fluidas que podem se juntar e se dissolver em um único verão ou resistir por alguns anos. Crucialmente, as

culturas club cingem suas próprias hierarquias do que é autêntico e legítimo na cultura popular (THORNTON, 1996: 3).

A nesta perspectiva de Thornton (1996), se aproxima das praticas do grupo de jovens montesclarenses “Capa Preta” quanto ao consumo em espaços sociais de lazer, englobando códigos comuns como atitudes, rituais de pertença, tipos específicos de roupas, gosto musical e escolha de ambientes. Estes definiriam, assim, suas características e a delimitação de espaços de convivências específicas como locais de convergência no estabelecimento de referências para constituir as relações de sociabilidade e laços afetivos.

O Estudo do Grupo de Jovens “Capa Preta”

Não pretendo aqui descrever os meus achados, mas sim descrever minhas escolhas e caminhos metodológicos da pesquisa que é de natureza qualitativa. O que me instigou à escolha desse referencial teórico-metodológico e o que a justifica é por levar em conta que existe uma teia subjetiva com vários códigos que devem ser decifrados na busca de entender os procedimentos que os jovens do grupo urbano “Capa Preta” em sua formação grupal utilizam para levar a termo as diferentes operações que realizam em seu processo de socialização no seu “pedaço” (MAGNANI, 1996, 2002). Assim, procuro analisar as maneiras habituais de proceder desses jovens, quanto ao uso da roupa preta, no contexto da cidade como parte de sua cultura.

Desse modo, a pesquisa tem, como todo estudo de caso, um caráter particularizante, uma vez que analiso em profundidade uma experiência singular. Entretanto, considero a experiência a ser analisada como representativa de outras experiências de jovens que se apropriam e se reúnem em espaços urbanos por terem usos de roupas, símbolos, modos de vida, gostos, e outras semelhanças. Não é meu objetivo confrontar a experiência dos jovens do grupo “Capa Preta” com outros similares, mas acredito que seu estudo poderá sugerir correlações possíveis com as demais experiências, o que permite ultrapassar sua particularidade, propiciando ainda, um entendimento mais universalizante e a indicação de tendências de utilização do contexto urbano por jovens. Para alcançar os objetivos, consciente de que o tema é complexo, optei pela fundamentação teórico-metodológica filiada ao paradigma qualitativo, cujos pressupostos de busca de resultados não serão estatisticamente generalizados; trata-se do Estudo de Caso Etnográfico, que, mais do que a escolha de um método, é uma opção teórico-metodológica que está inserida na antropologia.

Portanto, conforme as demandas do Estudo de Caso Etnográfico, a pesquisa estabelece um dialogo permanente entre teoria e pratica que será mantido durante todo o processo de investigação, permitindo assim, uma analise permanente dos fatos/dados. Sendo assim é o caminho a percorrer no intuito de entender o uso da roupa preta na cultura do grupo de jovens “Capa Preta”, o objeto da pesquisa. Assim, procuro analisar as maneiras habituais de proceder desses jovens, em sua racionalidade pratica, quanto ao uso da roupa preta, no contexto da cidade como parte de sua cultura, com objetivo de contribuir com os estudos das Ciências Sociais sobre cidade e sociedade no que tange à formação de subculturas por jovens.

Quanto à opção por uma abordagem etnográfica, a pesquisa busca compreender o contexto sociocultural dos jovens do grupo “Capa Preta”, bem como entender as mediações entre as formas de procedimentos que os seus membros, no seu campo social, utilizam para produzir e reconhecer seu mundo, para torna-lo viável e familiar ao mesmo tempo em que o vão construindo.

Para a operacionalização da pesquisa utilizo uma perspectiva de construção permanente, com uma serie de recursos de pesquisa, seguindo os momentos descritos por Roberto DaMatta (1978) que foram citados e discutidos nesse Artigo, da seguinte forma:

Um primeiro momento a que o autor se refere como *teórico-intelectual*. É a etapa que o autor chama de “pesquisa teórica”, e que é constituída pelo levantamento bibliográfico dos referenciais teóricos sobre o “estado da arte”. O objetivo da pesquisa teórica é configurar um quadro referencial que oriente a investigação e que possa ser utilizado por outras áreas da pesquisa. Esta prática, conforme Bruyner (1982), evita o risco empiricista que frequentemente cerca o estudo de caso. No caso desta pesquisa, os temas a pesquisados são: Os conceitos de cultura, na perspectiva antropológica do sistema simbólico, relacionada à produção humana; A juventude enquanto categoria construída socialmente; A noção de “cotidiano” relacionado ao urbano; A noção de “pedaço” como categoria social adequada para a reflexão sobre a forma como os jovens “Capa Preta” se reúnem nos espaços de convivência cotidiana na cidade; A reflexão sobre os códigos de vestuário como instrumentos de construção de identidade para os jovens do grupo “Capa Preta”.

Ainda, nesse primeiro momento em sua segunda fase a pesquisa é de natureza documental. É a parte da investigação em que procurei levantar dados e informações sobre a

história da cidade e do local da pesquisa em todo seu contexto. Nessa fase da pesquisa utilizei, dentre outros, os seguintes documentos disponíveis em instituições da cidade de Montes Claros: revistas, álbuns, jornais, registros de ocorrências, leis, regimentos, atas, agendas, cartas, documentos administrativos, monografias, reportagens. Os documentos utilizados são de domínio público e outros particulares, inclusive dos próprios integrantes do grupo estudado.

O segundo momento da pesquisa, a fase a que DaMatta chama de “período prático”, é a antevéspera da pesquisa; é a fase na qual passamos do plano das teorias mais universais para as preocupações e tomadas de decisões mais concretas do ir a campo, do planejamento do que levar, como ir, como chegar, de “como ficar”. Essa minha primeira inserção no campo em caráter exploratório, num consequente contato com os jovens “Capa Preta” me identificando como pesquisadora pode servir como uma espécie de “*quebra gelo*” para a imersão etnográfica necessária para a próxima fase.

Os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. (...). Pode ocorrer também que o investigador, baseado numa teoria, precise elaborar um instrumento, uma escala de opinião, por exemplo, que cogita num estudo descritivo que está planejando. Então o pesquisador planeja um estudo exploratório para encontrar os elementos necessários que lhe permitam, em contato com a população, obter os resultados que deseja. (TRINIÑOS, 1992, p.109).

Para esse segundo momento, (diga-se de passagem, os momentos são descritos de forma sequencial somente em nome da clareza, pois deverão ocorrer concomitantemente) estou me aproximando dos membros do grupo “Capa Preta” junto com meus alunos da graduação do Curso de Ciências Sociais/Unimontes da Disciplina Optativa Sociologia da Juventude, com os quais venho desenvolvendo estudos sobre grupos de jovens urbanos. Procuo acompanhá-los sempre que vão a campo observar e ou entrevistar os membros desse grupo. Acredito que assim estou tendo uma oportunidade de inserção mais tranquila, por dois motivos: primeiro meus alunos da graduação causam menos impacto ao buscarem aproximações do que eu por terem uma das características dos membros do grupo - serem jovens; e segundo, ao me inserir por via de professor/pesquisador que acompanha e orienta seus alunos, essa aproximação vem garantindo um conhecimento de situações que vêm balizando o alargamento da minha busca por novos referenciais teóricos (principalmente no que tange a conflitos internos, fofocas, ao *rock*, novas categorias identificadas no grupo como subdivisões internas em “galeras”, etc.), uma capacidade de fazer as descrições preliminares

do cenário e dos atores do grupo objeto da pesquisa baseada nas observações e discursos dos membros nessa fase, e ainda, um nível de reconhecimento meu de alguns membros do grupo “Capa Preta” em uma recíproca que, acredito, permitirá a continuidade da pesquisa do doutoramento com uma inserção mais amigável com menor impacto de desconfianças, possibilitada por esse reconhecimento mutuo, uma vez que, por serem um grupo estigmatizado eles não são muito abertos ao dialogo com pessoas “de fora” ou “desconhecidos”, principalmente em se tratando de adultos.

O terceiro momento é aquele a que DaMatta (1978) se refere como “pesquisa de campo”. Esta fase será realizada através de dois tipos de técnicas da documentação direta intensiva: observação participante e entrevistas. Esse terceiro momento é considerado por DaMatta (1978) como fase “pessoal ou existencial”. Aqui, é necessário lançar mão de um conjunto de esforços de trabalho onde se combinam a nossa formação científica e/ou acadêmica e as lições que o etnólogo deve extrair do seu próprio caso. É a fase que DaMatta denomina de “globalizadora e integradora: ela deve sintetizar a biografia com a teoria, e a pratica do mundo com a do ofício.” (p.25). Trata-se de um dialogo com pessoas, é o encontro entre alteridades. Nesse momento é que estarei de fato imersa no campo, no qual deverei de fato encarar o *self* da etnógrafa. É o momento em que seguirei também as orientações de Magnani que propõe o olhar *de perto e de dentro* como uma nova forma de olhar que não se caracterize apenas pelas escolhas e trajetórias do pesquisador *de passagem*, e que possa se fundamentar nos *arranjos*, dos próprios atores e por eles, as diversas formas como vivem a cidade.

Nesta fase, lançarei mão do método da observação participante. Pretendo frequentar os espaços da Av. Dep. Esteves Rodrigues, principalmente as praças que são os pontos de encontro dos jovens do grupo “Capa Preta”. Melo (1949), ao fazer uma análise da arquitetura das cidades – o cenário - e sua relação com uma das características mais marcantes de muitas sociedades, que é o fato de “uns sempre vigiarem os outros”, lança a ideia de que o traçado reto das ruas e a centralidade das praças devem ter contribuído para dar tons próprios aos encontros, uma vez que estes se tornam visíveis a longa distancia. Aproveitarei para a pesquisa este espaço cujo traçado acredito poder proporcionar e potencializar o melhor campo de observação das manifestações dos jovens “Capa Preta”. Pretendo observar a construção de

novos olhares e novos saberes, apenas observando e me inserindo nos “pedaços” vez e outra. Os registros dessas observações serão feitos em notas de caderno de campo, e fotografias.

Para a observação buscarei levar em consideração “os dez mandamentos da observação participante”, depreendidos do livro “Sociedade de Esquina” de Foote-Whyte (2005) e que foram elaborados por Valladares (2007) para orientar o pesquisador sobre a pesquisa nessa modalidade, quais sejam: 1º) implica um processo longo; 2º) o pesquisador não sabe onde está “aterrissando” e não tem controle da situação; 3º) supõe a interação pesquisador/pesquisado; 4º) deve-se abandonar o esforço de imersão total por ser diferente do grupo; 5º) necessita de um informante chave “de dentro”; 6º) o observador sempre é observado; 7º) deve-se usar todos os sentidos, observar o *rapport*; 8º) desenvolver uma rotina é fundamental; 9º) aprende-se com os erros; 10º) deve-se apresentar os resultados da pesquisa, “o que fica são as relações de amizade desenvolvidas durante o trabalho” (p.3).

A observação participante será combinada com a realização de entrevistas em profundidade, que serão realizadas com alguns integrantes do grupo (critérios de seleção ainda por definir). Neste tipo de entrevista, de acordo com Bogdan & Biklen (1994, p. 135),

(...) o entrevistador encoraja o sujeito a falar sobre uma área de interesse, em seguida, explora mais profundamente, retomando os tópicos e os temas que o respondente iniciou. Nesse tipo de entrevista, o sujeito desempenha um papel crucial na definição do conteúdo da entrevista e na condução do estudo.

Utilizarei esse tipo de entrevista, considerando a técnica dos autores citados, com o intuito de identificar as marcas dos discursos, suas unidades de significados e discriminações e/ou afinidades com o grupo e suas regras. Buscarei perceber as marcas do discurso que fundamentarão a criação de novas categorias de pesquisa, que me possibilitarão a estruturação e/ou reestruturação dos caminhos e opções a serem feitas em todo o percurso da investigação.

Como foi definido um tipo de entrevista não estruturada para a pesquisa, o que me permito por ora é delinear os focos conceituais de acordo com os quais estas serão utilizadas, sendo estes pautados por quatro procedimentos básicos: a - abandonar a hipótese de que as condutas sociais são governadas por normas pré-estabelecidas; b - considerar que os indivíduos sabem explicar a coerência e regularidades da vida social; c - tratar essas descrições como aparências que os membros produzem quando utilizam procedimentos para analisar um acontecimento; e d - o entendimento de que os jovens, quando se agrupam,

encontram-se fortemente preocupados com a sua identidade, que se debate no processo permanente de constituição entre o *eu* e o *nós coletivo*, como forma de garantir um grau de pertencimento e autonomia dentro dos espaços em que tramitam, sobretudo no seu *pedaço* em que é latente a solicitação de: “*para que eu seja seu deixa que eu seja eu*”.

Baseada nesta ideia, e seguindo-a tanto no trato com o estudo dos jovens quanto nas definições dos instrumentos de coletas de dados, é que não considero recomendável estruturar uma entrevista desde já, por saber que esta será construída à medida que a pesquisa for se concretizando na forma de estudo de caso Etnográfico.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Na tentativa de fechar minhas reflexões neste texto, certa de que sobre os assuntos expostos aqui ainda tenho uma trilha enorme a percorrer na minha pesquisa, recorro aos poéticos proclames das epígrafes escolhidas para esse Artigo. Primeiramente de forma trágica o poeta⁵ ressalta que “Talvez tua cidade, muitos temores nascem do cansaço e da solidão, descompasso, desperdício herdeiros são agora da virtude que perdemos... e há tempos, são os jovens que adoecem”, nesse sentido, entendo que falar dos jovens montesclarenses é falar da cidade e das suas oportunidades ou falta delas. Falar especificamente dos jovens pertencentes ao grupo “Capa Preta” requer uma série de esclarecimentos, busco fugir das perspectivas em que alguns estudos sobre cidade enfocam o caos, ou seja, pelo prisma do *mal* proporcionado pela urbanização, entendendo-os de forma também pouco otimista aos moldes do nosso segundo poeta, por serem esses filhos da mesma agonia, herdeiros do *bem* e do *mal*, no tocante do que representa o *ethos* de ser jovem nos centros urbanos.

Enfim, permito-me ainda, pegando o gancho da última epígrafe desse texto, de forma mais otimista, seguir na trilha das ideias de Magnani para o qual a cultura, ou mesmo o mundo simbólico, não passam de um jogo criado pelas pessoas, intencionadas em constituírem um mundo mais interessante e compreensível, sem temores, sem cansaço, mais virtuoso, aberto como no cartão postal, com formas felizes de alternativas para encararem a realidade de suas vivências e convivências. Assim, é que na busca dos significados da sociabilidade dos jovens do grupo “Capa Preta” – meu objeto de estudo - o mais importante

⁵ Caetano Veloso em seu poema musicado “Sampa”.

para tal tratamento enquanto grupo cultural seria associa-los a seus gostos, a seus códigos, simbolismos, nos moldes de Schutz (1979), que por pertencerem a um grupo de estilo, funcionam como um conjunto de preceitos para ações e expressões e para as interpretações de seus membros, criando para eles um sistema de relevâncias e tipificações, geradas por modos distintos de se relacionar. É nos arranjos das pessoas na busca de se viver na cidade, sendo estes demarcados por uma lógica de um *ethos* específico que influencia diretamente seus hábitos, seu estilo de vestir, sua forma de apropriação do espaço urbano, sua visão de mundo, etc. Entender o grupo juvenil urbano “Capa Preta”, no entanto, é confrontar com o seu nível de porosidade em suas fronteiras que não permitem demarcações rígidas, como característica *sine qua non* de grupos urbanos informais, cuja sociabilidade em seu “pedaço” (nos moldes do Magnani) se dá por compartilharem símbolos, espaços e estilos que são determinantes de um *ethos* de um grupo que se mantêm pela assiduidade e frequência dos seus membros que fazem a diferença de forma diferente no cenário urbano. É na busca da autoafirmação identitária que esses jovens em seus processos de vivências criam seus próprios espaços, elaborando possibilidades de pertencimento ao mundo cultural, deixando de ser um mero espectador passivo, assumindo-se como protagonista de suas ações criativas.

Nossos referenciais nos apontam a necessidade de um olhar atento, sem vícios, sensível e empenhado na busca do entendimento sobre a cidade. Através do dizer do poeta os dilemas e possibilidades do fazer antropológico são analisados por Magnani pelo poema que possibilitou uma reflexão antropológica ao relatar com imagens vivas e linguagem poética, sobre o difícil começo... do nada entender... de quem “vem de um outro sonho feliz de cidade” ao encará-la “frente a frente” e que na busca de sentido e encantamento acaba por aprender “depressa a chama-la de realidade”. Um poeta⁶ de Montes Claros diz que a cidade “não chega ser um pontinho preto no mapa, mas quando a gente se afasta o coração pede para voltar” e que não podem entendê-la “quem nunca sentiu o cheiro de terra molhada quando a chuarada molha as terras dos gerais”. Outro³ ainda descreve a cidade assim: “Montes Claros montesclareou, seus olhos cegos de poeira e dor”.

São muitas as formas de expressar sobre a cidade e de representá-la, muitos recortes teóricos e empíricos são possíveis, mas para *montesclarear* de fato, é preciso definir o

⁶ Pedro Boi do “Grupo Agreste” em poema musicado sobre a cidade de Montes Claros/MG.

trajeto, optar por um enfoque, desenvolver um estilo, á maneira de Mariza Peirano, tudo depende da biografia do pesquisador, do tempo e do espaço, do contexto histórico, e também das relações e imponderáveis entre pesquisador e pesquisados. É assim que vou ao “Pedaço” dos jovens do Grupo urbano “Capa Preta”!.. Esse é o meu cartão postal!..

Pode chegar que a festa vai é começar agora (...). Pode chegar que a casa é grande e é toda nossa (...).

Da unidade vai nascer a nova idade. Da unidade vai nascer a novidade (...). Não vamos deixar ninguém atrapalhar a nossa passagem (...). Oô eô eá, e a festa vai apenas começar. (Gonzaguinha)⁷.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALVES, Alda Judith. O Planejamento de Pesquisas Qualitativas. In: **Caderno de Pesquisa**. SP: Cad. Pesq. Maio, pp. 53-61, 1991.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa**. Brasília: Liberlivros, 2005.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma interpretação da cultura. In: **A interpretação das culturas**. RJ: Zahar, 1978.
- CAMPOY, Leonardo Carbonieri. **Esses camaleões vestidos de noite: Uma etnografia do underground heavy metal**. Sociedade em Estudos, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 37-55, 2006.
- GEERTZ, Clifford. Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita. In: **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. RJ: Editora UFRJ, 2002.
- GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão?. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília/DF: Universidade de Brasília. Vol. 22, n. 2, pp. 201-210, Mai-Ago, 2006.
- HEBDIGE, Dick. **Subculture: the meaning of style**. Londres: Routledge, 1996.
- MAGNANI, José Carlos Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 17, nº 49, jun. 2002.
- MAGNANI, José Carlos Cantor. **Festa no Pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. SP: Hucitec. 1998a.
- MAGNANI, José Carlos Cantor. “Transformações na cultura urbana das grandes metrópoles”. In: **Sociedade global: cultura e religião**. MOREIRA, A. S. Petrópolis: Vozes. 1998b.
- MAGNANI, José Carlos Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: Magnani, José Guilherme C. & Torres, Lilian de Lucca (orgs.). **Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana**. SP: EDUSP, 1996.

⁷ Juventino Gomes em seu poema musicado que se tornou um hino sobre a cidade de Montes Claros/MG.

- MAGNANI, José Carlos Cantor. **A Antropologia Urbana e os desafios da metrópole**. [?].
- DAMATTA, Roberto. O Ofício de Etnólogo, ou como Ter “Anthropological Blues”. In: **A Aventura Antropológica: objetividade, paixão, improvisos e método na pesquisa social**. NUNES, Edilson de Oliveira (Org.). RJ: Zahar, 1978.
- PRADO, Rosane Magalhães. Small Town: mitologia e vivência (introdução). **Comunicações do PPGAS 6**. VELHO, G. (org.) Quatro viagens. RJ: PPGAS, 1995.
- SOUZA, Wanderson Alkimim Batista de. **Heavy Metal em Montes Claros: Aspectos Socioculturais**. Montes Claros/MG: Unimontes, 2013. (Monografia de Conclusão do Curso de Licenciatura em Artes-Música).
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo; A Fenomenologia; O Marxismo**. SP: Atlas, 1992.
- VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 22, nº 63, 2007.
- VELHO, Gilberto. Becker, Goofman e a Antropologia no Brasil. In: **Sociologia**, Maio 2002.

¹ Poema musicado de Gonzaguinha “O homem falou”. É assim que abro meu trabalho de pesquisa. Vamos... “pode chegar que a festa vai começar agora” na cidade que é a casa toda nossa?

REFLECTIONS ON THE STUDY OF URBAN YOUTH GROUPS: the piece of the categories and the category of the piece.

ABSTRACT: For reflections on the study of urban youth groups, first introduce some fundamental concepts based on ideas of various authors on Case Studies, Anthropology / Ethnography, which will serve to mark the reflection on urban ethnography. In sequence present in more detail the ideas of Magnani and specifically the correlation of its kind "piece" with the methodology I adopt. A priori use and discuss this category of analysis, as a reference to the locus against socialization, and the ethos of the youth group called "Black Cape" I'm searching The city of Montes Claros / MG.

Keys words: Case Study, Urban Ethnography, Youth.